



**DECOREBA**

**OAB**

**ESTATUTO, CÓDIGO DE ÉTICA  
e REGULAMENTO GERAL**

## ESTATUTO OAB

1. Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca das atividades privativas da advocacia.

- a) a postulação a órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais
- b) as atividades de consultoria e assessoria
- c) as atividades de direção jurídicas.
- d) a impetração de habeas corpus em qualquer instância ou tribunal.

2. (**CERTO OU ERRADO**) Os atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas, sob pena de nulidade, só podem ser admitidos a registro, nos órgãos competentes, quando visados por advogados ou contador.

3. (**CERTO OU ERRADO**) É vedada a divulgação de advocacia em conjunto com qualquer outra atividade, exceto no caso da atividade de contador.

4. Nos termos do Estatuto da OAB, o advogado é \_\_\_\_\_ (indispensável/essencial) à administração da justiça. E no seu ministério privado, o advogado presta serviço \_\_\_\_\_ (privado/público) e exerce função social.

5. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) No processo judicial, o advogado contribui na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.
- b) No exercício da profissão, o advogado é inviolável por seus atos e manifestações, nos limites desta lei.
- c) O exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
- d) O estagiário de advocacia, regularmente inscrito, não pode praticar nenhum ato judicial, tendo em vista que trata-se de atividade privativa de advogado.

**6. NÃO** exerce atividade de advocacia os integrantes:

- a) da Advocacia-Geral da União e Procuradoria da Fazenda Nacional
- b) do Ministério Público do Trabalho
- c) das Defensorias Públicas
- d) das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas entidades de administração indireta e fundacional.

**7. (CERTO OU ERRADO)** São nulos os atos privativos de advogado praticados por pessoa não inscrita na OAB, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas. São também nulos os atos praticados por advogado impedido - no âmbito do impedimento - suspenso, licenciado ou que passar a exercer atividade incompatível com a advocacia.

**8.** O advogado, afirmando urgência, pode atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo de \_\_\_\_\_, prorrogável por igual período.

- a) 2 dias
- b) 5 dias
- c) 10 dias
- d) 15 dias

**9. (CERTO OU ERRADO)** A procuração para o foro em geral habilita o advogado a praticar todos os atos judiciais, em qualquer juízo ou instância, inclusive os que exijam poderes especiais.

**10.** O advogado que renunciar ao mandato continuará, durante os \_\_\_\_\_ seguintes à notificação da renúncia, a representar o mandante, salvo se for substituído antes do término desse prazo.

- a) 5 dias
- b) 10 dias
- c) 15 dias
- d) 30 dias

**11. (CERTO OU ERRADO)** Não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público, exceto se for entre o magistrado que estiver presidindo a audiência e o advogado das partes.

**12. (CERTO OU ERRADO)** É direito dos advogados a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, ainda que não relativas ao exercício da advocacia.

**13. (CERTO OU ERRADO)** É direito do advogado comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, desde que esteja munido de procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis.

**14. (CERTO OU ERRADO)** É direito do advogado ter a presença de representante da OAB, quando preso em flagrante, por qualquer motivo, para lavratura do auto respectivo, sob pena de nulidade e, nos demais casos, a comunicação expressa à seccional da OAB.

**15. (CERTO OU ERRADO)** É direito do advogado não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, e, na sua falta, em prisão domiciliar.

**16.** É direito do advogado ingressar livremente, exceto:

a) nas salas de sessões dos tribunais, mesmo além dos cancelos que separam a parte reservada aos magistrados;

b) nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios, ofícios de justiça, serviços notariais e de registro, e, no caso de delegacias e prisões, mesmo fora da hora de expediente, desde que presentes seus titulares;

c) em qualquer edifício ou recinto em que funcione repartição judicial ou outro serviço público onde o advogado deva praticar ato ou colher prova ou informação útil ao exercício da atividade profissional, dentro do expediente ou fora dele, e ser atendido, desde que se ache presente qualquer servidor ou empregado;

d) em qualquer assembleia ou reunião de que participe ou possa participar o seu cliente, ou perante a qual este deva comparecer, desde que munido de poderes especiais;

[CLIQUE AQUI E ADQUIRA O MATERIAL COMPLETO](#)

**17.** Assinale a alternativa correta. São direitos dos advogados:

- a) permanecer sentado ou em pé e retirar-se da sala de audiência, desde que peça licença ao magistrado que a tiver presidindo.
- b) dirigir-se diretamente aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho, desde que tenha marcado horário previamente.
- c) usar da palavra, pela ordem, em qualquer juízo ou tribunal, mediante intervenção sumária, para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, documentos ou afirmações que influam no julgamento, bem como para replicar acusação ou censura que lhe forem feitas.
- d) reclamar, apenas por escrito, perante qualquer juízo, tribunal ou autoridade, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento.

**18.** É direito do advogado retirar autos de processos findos, mesmo sem procuração, pelo prazo de:

- a) 48 horas
- b) 5 dias
- c) 10 dias
- d) 15 dias

**19.** Com relação aos direitos dos advogados considere:

I. examinar, em qualquer instituição responsável por conduzir investigação, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de investigações de qualquer natureza, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital.

II. ser publicamente desagradado, quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela.

III. recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional.

IV. retirar-se do recinto onde se encontre aguardando pregão para ato judicial, após trinta minutos do horário designado e ao qual ainda não tenha comparecido a autoridade que deva presidir a ele, mediante comunicação protocolizada em juízo.

[CLIQUE AQUI E ADQUIRA O MATERIAL COMPLETO](#)

- a) São corretas apenas as alternativas I e IV.
- b) É incorreta apenas a alternativa II.
- c) São corretas as alternativas I, II e III
- d) São corretas as alternativas I, II, III e IV

**20. (CERTO OU ERRADO)** O advogado tem imunidade profissional, não constituindo injúria, difamação ou desacato puníveis qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele, sem prejuízo das sanções disciplinares perante a OAB, pelos excessos que cometer.

**21. (CERTO OU ERRADO)** O advogado somente poderá ser preso em flagrante, por motivo de exercício da profissão, em caso de crime inafiançável.

**22. (CERTO OU ERRADO)** O Poder Judiciário e o Poder Executivo devem instalar, em todos os juizados, fóruns, tribunais, delegacias de polícia e presídios, salas especiais permanentes para os advogados, com uso e controle assegurados à OAB.

**23. (CERTO OU ERRADO)** Presentes indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado, a autoridade judiciária competente poderá decretar a quebra da inviolabilidade, em decisão motivada, expedindo mandado de busca e apreensão, específico e pormenorizado, a ser cumprido na presença de representante da OAB, sendo, em determinados casos estabelecidos por lei, vedada a utilização dos documentos, das mídias e dos objetos pertencentes a clientes do advogado averiguado, bem como dos demais instrumentos de trabalho que contenham informações sobre clientes.

**24. (CERTO OU ERRADO)** São direitos da advogada gestante a entrada em tribunais sem ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raios X e a reserva de vaga em garagens dos fóruns dos tribunais.

**25.** Acerca dos direitos da advogada, considere:

I. É direito da advogada lactante, adotante ou que der à luz, acesso a creche, onde houver, ou a local adequado ao atendimento das necessidades do bebê.

[CLIQUE AQUI E ADQUIRA O MATERIAL COMPLETO](#)

II. É direito da advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz, preferência na ordem das sustentações orais e das audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição.

III. É direito da advogada adotante ou que der à luz, interrupção de prazos processuais quando for a única patrona da causa, desde que haja notificação por escrito ao cliente.

IV. Os direitos previstos à advogada gestante ou lactante aplicam-se enquanto perdurar, respectivamente, o estado gravídico ou o período de amamentação.

- a) Estão corretos os itens I, II e III
- b) Está correto apenas o item I
- c) Estão corretos os itens I, II, III e IV
- d) Estão corretos os itens I, II e IV

**26. (CERTO OU ERRADO)** Para inscrição como advogado é necessário capacidade civil; diploma ou certidão de graduação em direito, obtido em instituição de ensino oficialmente autorizada e credenciada; título de eleitor e quitação do serviço militar, se brasileiro; aprovação em Exame de Ordem; não exercer atividade incompatível com a advocacia; idoneidade moral; prestar compromisso perante o conselho.

**27. (CERTO OU ERRADO)** O estrangeiro ou brasileiro, quando não graduado em direito no Brasil, deve fazer prova do título de graduação, obtido em instituição estrangeira, devidamente revalidado, além de atender aos demais requisitos previstos no Estatuto da OAB.

**28.** A inidoneidade moral, suscitada por qualquer pessoa, deve ser declarada mediante decisão que obtenha no mínimo \_\_\_\_\_ dos votos de todos os membros do conselho competente, em procedimento que observe os termos do processo disciplinar.

- a) 1/3
- b) 2/3
- c) maioria relativa
- d) maioria absoluta

**29. (CERTO OU ERRADO)** Não atende ao requisito de idoneidade moral aquele que tiver sido condenado por crime infamante, independentemente de reabilitação judicial.

[CLIQUE AQUI E ADQUIRA O MATERIAL COMPLETO](#)

**30.** O estágio profissional de advocacia, com duração de \_\_\_\_\_ (um / dois) anos, realizado nos \_\_\_\_\_ (primeiros/últimos) anos do curso jurídico, pode ser mantido pelas respectivas instituições de ensino superior pelos Conselhos da OAB, ou por setores, órgãos jurídicos e escritórios de advocacia credenciados pela OAB, sendo obrigatório o estudo deste Estatuto e do Código de Ética e Disciplina.

**31. (CERTO OU ERRADO)** A inscrição do estagiário é feita no Conselho Seccional em cujo território o estudante reside.

**32. (CERTO OU ERRADO)** O aluno de curso jurídico que exerça atividade incompatível com a advocacia não pode frequentar o estágio ministrado pela respectiva instituição de ensino superior, ainda que para fins de aprendizagem, vedada a inscrição na OAB.

**33.** Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca da inscrição do advogado:

a) A inscrição principal do advogado deve ser feita no Conselho Seccional em cujo território pretende estabelecer o seu domicílio profissional, na forma do regulamento geral.

b) Considera-se domicílio profissional a sede principal da atividade de advocacia, prevalecendo, na dúvida, o domicílio da pessoa física do advogado.

c) Além da principal, o advogado deve promover a inscrição suplementar nos Conselhos Seccionais em cujos territórios passar a exercer habitualmente a profissão considerando-se habitualidade a intervenção judicial que exceder de sete causas por ano.

d) No caso de mudança efetiva de domicílio profissional para outra unidade federativa, deve o advogado requerer a transferência de sua inscrição para o Conselho Seccional correspondente.

**34.** Cancela-se a inscrição do profissional que:

I. passar a exercer, ainda que em caráter provisório, atividade incompatível com a advocacia

II. sofrer penalidade de exclusão

III. falecer

IV. perder qualquer um dos requisitos necessários para inscrição.

[CLIQUE AQUI E ADQUIRA O MATERIAL COMPLETO](#)

- a) Apenas os itens I e II são corretos
- b) São corretos apenas os itens I, II e IV
- c) É correto apenas o item III
- d) Apenas o item I é incorreto.

**35.** São hipóteses de licenciamento do profissional, exceto:

- a) quando assim o requerer, por motivo justificado
- b) passar a exercer, em caráter temporário, atividade incompatível com o exercício da advocacia
- c) sofrer doença mental considerada curável
- d) em caso de gravidez, por período assegurado por lei

**36. (CERTO OU ERRADO)** As procurações devem ser outorgadas individualmente aos advogados, não sendo necessário indicar a sociedade de que façam parte.

**37.** Com relação à sociedade de advogados, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os advogados podem reunir-se em sociedade simples de prestação de serviços de advocacia ou constituir sociedade unipessoal de advocacia, na forma disciplinada no Estatuto da OAB e no regulamento geral.
- b) A sociedade de advogados e a sociedade unipessoal de advocacia adquirem personalidade jurídica com o registro aprovado dos seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede.
- c) Nenhum advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, constituir mais de uma sociedade unipessoal de advocacia, ou integrar, simultaneamente, uma sociedade de advogados e uma sociedade unipessoal de advocacia, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.
- d) O ato de constituição de filial deve ser averbado no registro da sociedade e arquivado no Conselho Seccional onde se instalar, ficando os sócios, inclusive o titular da sociedade unipessoal de advocacia, dispensados da inscrição suplementar.

[CLIQUE AQUI E ADQUIRA O MATERIAL COMPLETO](#)

**38. (CERTO OU ERRADO)** Não são admitidas a registro nem podem funcionar todas as espécies de sociedades de advogados que apresentem forma ou características de sociedade empresária, que adotem denominação de fantasia, que realizem atividades estranhas à advocacia, que incluam como sócio ou titular de sociedade unipessoal de advocacia pessoa não inscrita como advogado ou totalmente proibida de advogar.

**39. (CERTO OU ERRADO)** A razão social deve ter, obrigatoriamente, o nome de, pelo menos, um advogado responsável pela sociedade, não podendo permanecer o de sócio falecido, ainda que prevista tal possibilidade no ato constitutivo.

**40. (CERTO OU ERRADO)** O licenciamento do sócio para exercer atividade incompatível com a advocacia em caráter temporário deve ser averbado no registro da sociedade, não alterando sua constituição.

**41. (CERTO OU ERRADO)** Além da sociedade, o sócio e o titular da sociedade individual de advocacia respondem subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possam incorrer.

**42.** A jornada de trabalho do advogado empregado, no exercício da profissão, não poderá exceder a duração diária de \_\_\_\_\_ horas contínuas e a \_\_\_\_\_ horas semanais, salvo acordo ou convenção coletiva ou em caso de dedicação exclusiva.

- a) 8 / 44
- b) 8 / 40
- c) 6 / 36
- d) 4 / 20

**43.** As horas trabalhadas que excederem a jornada normal são remuneradas por um adicional não inferior a \_\_\_\_\_ por cento sobre o valor da hora normal, mesmo havendo contrato escrito.

- a) 25%
- b) 50%
- c) 60%
- d) 100%

[CLIQUE AQUI E ADQUIRA O MATERIAL COMPLETO](#)

44. As horas trabalhadas no período das \_\_\_\_\_ (vinte / vinte e uma) de um dia até as (quatro / cinco) \_\_\_\_\_ horas do dia seguinte são remuneradas como noturnas, acrescidas do adicional de \_\_\_\_\_ (vinte / vinte e cinco) por cento.

45. (**CERTO OU ERRADO**) Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor.

46. Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca dos honorários advocatícios.

a) A decisão judicial que fixar ou arbitrar honorários e o contrato escrito que os estipular são títulos executivos e constituem crédito privilegiado na falência, concordata, concurso de credores, insolvência civil e liquidação extrajudicial.

b) A execução dos honorários deve ser promovida em autos apartados.

c) Na hipótese de falecimento ou incapacidade civil do advogado, os honorários de sucumbência, proporcionais ao trabalho realizado, são recebidos por seus sucessores ou representantes legais.

d) O acordo feito pelo cliente do advogado e a parte contrária, salvo aquiescência do profissional, não lhe prejudica os honorários, quer os convencionados, quer os concedidos por sentença.

47. Prescreve em \_\_\_\_\_ a ação de cobrança de honorários de advogado, contado o prazo do vencimento do contrato, se houver; do trânsito em julgado da decisão que os fixar; da última prestação do serviço extrajudicial; da desistência ou transação; da renúncia ou revogação do mandato.

- a) 2 anos
- b) 3 anos
- c) 4 anos
- d) 5 anos



[CLIQUE AQUI E ADQUIRA O MATERIAL COMPLETO](#)

48. Prescreve em \_\_\_\_\_ a ação de prestação de contas pelas quantias recebidas pelo advogado de seu cliente, ou de terceiros por conta dele.

- a) 2 anos
- b) 3 anos
- c) 4 anos
- d) 5 anos

49. **(CERTO OU ERRADO)** O advogado substabelecido, com reserva de poderes, não pode cobrar honorários sem a intervenção daquele que lhe conferiu o substabelecimento.

50. A incompatibilidade determina a proibição \_\_\_\_\_ (total/parcial), e o impedimento, a proibição \_\_\_\_\_ (total/parcial) do exercício da advocacia.

[CLIQUE AQUI E ADQUIRA O MATERIAL COMPLETO](#)

1. Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca das atividades privativas da advocacia.

- a) a postulação a órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais
- b) as atividades de consultoria e assessoria
- c) as atividades de direção jurídicas.
- d) a impetração de habeas corpus em qualquer instância ou tribunal.

**GABARITO D**

**Art. 1º** São atividades privativas de advocacia:

§ 1º **Não se inclui na atividade privativa de advocacia** a impetração de habeas corpus em qualquer instância ou tribunal.

2. (**CERTO OU ERRADO**) Os atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas, sob pena de nulidade, só podem ser admitidos a registro, nos órgãos competentes, quando visados por advogados ou contador.

**ERRADO**

**Art. 1º** São atividades privativas de advocacia:

§ 2º Os atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas, sob pena de nulidade, só podem ser admitidos a registro, nos órgãos competentes, quando visados **por advogados**.

3. (**CERTO OU ERRADO**) É vedada a divulgação de advocacia em conjunto com qualquer outra atividade, exceto no caso da atividade de contador.

**ERRADO**

**Art. 1º** São atividades privativas de advocacia:

§ 3º É vedada a divulgação de advocacia em conjunto com outra atividade.

4. Nos termos do Estatuto da OAB, o advogado é \_\_\_\_\_ (indispensável/essencial) à administração da justiça. E no seu ministério privado, o advogado presta serviço \_\_\_\_\_ (privado/público) e exerce função social.

**Indispensável / público**

**Art. 2º** O advogado é **indispensável** à administração da justiça.

§ 1º No seu ministério privado, o advogado presta serviço **público** e exerce função social.

**5. Assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) No processo judicial, o advogado contribui na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.
- b) No exercício da profissão, o advogado é inviolável por seus atos e manifestações, nos limites desta lei.
- c) O exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
- d) O estagiário de advocacia, regularmente inscrito, não pode praticar nenhum ato judicial, tendo em vista que trata-se de atividade privativa de advogado.

**GABARITO D**

**Art. 3º** O exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB),

§ 2º O estagiário de advocacia, regularmente inscrito, pode praticar os atos previstos no art. 1º, na forma do regimento geral, em conjunto com advogado e sob responsabilidade deste.

**6. NÃO** exerce atividade de advocacia os integrantes:

- a) da Advocacia-Geral da União e Procuradoria da Fazenda Nacional
- b) do Ministério Público do Trabalho
- c) das Defensorias Públicas
- d) das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas entidades de administração indireta e fundacional.

### GABARITO B

**Art. 3º** O exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB),

§ 1º Exercem atividade de advocacia, sujeitando-se ao regime desta lei, além do regime próprio a que se subordinem, os integrantes da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional, da Defensoria Pública e das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas entidades de administração indireta e fundacional.

**7. (CERTO OU ERRADO)** São nulos os atos privativos de advogado praticados por pessoa não inscrita na OAB, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas. São também nulos os atos praticados por advogado impedido - no âmbito do impedimento - suspenso, licenciado ou que passar a exercer atividade incompatível com a advocacia.

### CERTO

**Art. 4º** São nulos os atos privativos de advogado praticados por pessoa não inscrita na OAB, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas.

Parágrafo único. São também nulos os atos praticados por advogado impedido - no âmbito do impedimento - suspenso, licenciado ou que passar a exercer atividade incompatível com a advocacia.

**8.** O advogado, afirmando urgência, pode atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo de \_\_\_\_\_, prorrogável por igual período.

- a) 2 dias
- b) 5 dias
- c) 10 dias
- d) 15 dias

### GABARITO D

**Art. 5º** O advogado postula, em juízo ou fora dele, fazendo prova do mandato.

§ 1º O advogado, afirmando urgência, pode atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo de **quinze dias**, prorrogável por igual período.

**9. (CERTO OU ERRADO)** A procuração para o foro em geral habilita o advogado a praticar todos os atos judiciais, em qualquer juízo ou instância, inclusive os que exijam poderes especiais.

### ERRADO

**Art. 5º** O advogado postula, em juízo ou fora dele, fazendo prova do mandato.

§ 2º A procuração para o foro em geral habilita o advogado a praticar todos os atos judiciais, em qualquer juízo ou instância, **salvo os que exijam poderes especiais**.

**10.** O advogado que renunciar ao mandato continuará, durante os \_\_\_\_\_ seguintes à notificação da renúncia, a representar o mandante, salvo se for substituído antes do término desse prazo.

- a) 5 dias
- b) 10 dias
- c) 15 dias
- d) 30 dias

### GABARITO B

**Art. 5º** O advogado postula, em juízo ou fora dele, fazendo prova do mandato.

§ 3º O advogado que renunciar ao mandato continuará, durante os **dez dias** seguintes à notificação da renúncia, a representar o mandante, salvo se for substituído antes do término desse prazo.

**11. (CERTO OU ERRADO)** Não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público, exceto se for entre o magistrado que estiver presidindo a audiência e o advogado das partes.

**ERRADO**

**Art. 6º Não há hierarquia nem subordinação** entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público, devendo todos tratar-se com consideração e respeito recíprocos.

**12. (CERTO OU ERRADO)** É direito dos advogados a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, ainda que não relativas ao exercício da advocacia.

**ERRADO**

**Art. 7º** São direitos do advogado:

II – a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, **desde que relativas ao exercício da advocacia;**

**13. (CERTO OU ERRADO)** É direito do advogado comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, desde que esteja munido de procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis.

**ERRADO**

**Art. 7º** São direitos do advogado:

III - comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, **mesmo sem procuração**, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis;

**14. (CERTO OU ERRADO)** É direito do advogado ter a presença de representante da OAB, quando preso em flagrante, por qualquer motivo, para lavratura do auto respectivo, sob pena de nulidade e, nos demais casos, a comunicação expressa à seccional da OAB.

**ERRADO**

**Art. 7º** São direitos do advogado:

IV - ter a presença de representante da OAB, quando preso em flagrante, **por motivo ligado ao exercício da advocacia**, para lavratura do auto respectivo, sob pena de nulidade e, nos demais casos, a comunicação expressa à seccional da OAB;

**15. (CERTO OU ERRADO)** É direito do advogado não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, e, na sua falta, em prisão domiciliar.

**CERTO**

**Art. 7º** São direitos do advogado:

V - não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, e, na sua falta, em prisão domiciliar;

**16.** É direito do advogado ingressar livremente, exceto:

a) nas salas de sessões dos tribunais, mesmo além dos cancelos que separam a parte reservada aos magistrados;

b) nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios, escritórios de justiça, serviços notariais e de registro, e, no caso de delegacias e prisões, mesmo fora da hora de expediente, desde que presentes seus titulares;

c) em qualquer edifício ou recinto em que funcione repartição judicial ou outro serviço público onde o advogado deva praticar ato ou colher prova ou informação útil ao exercício da atividade profissional, dentro do expediente ou fora dele, e ser atendido, desde que se ache presente qualquer servidor ou empregado;

d) em qualquer assembleia ou reunião de que participe ou possa participar o seu cliente, ou perante a qual este deva comparecer, desde que munido de poderes especiais;

**GABARITO B**

**Art. 7º** São direitos do advogado:

VI - ingressar livremente:

[CLIQUE AQUI E ADQUIRA O MATERIAL COMPLETO](#)

b) nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios, escritórios de justiça, serviços notariais e de registro, e, no caso de delegacias e prisões, mesmo fora da hora de expediente e **independentemente da presença de seus titulares;**

**17.** Assinale a alternativa correta. São direitos dos advogados:

a) permanecer sentado ou em pé e retirar-se da sala de audiência, desde que peça licença ao magistrado que a tiver presidindo.

b) dirigir-se diretamente aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho, desde que tenha marcado horário previamente.

c) usar da palavra, pela ordem, em qualquer juízo ou tribunal, mediante intervenção sumária, para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, documentos ou afirmações que influam no julgamento, bem como para replicar acusação ou censura que lhe forem feitas.

d) reclamar, apenas por escrito, perante qualquer juízo, tribunal ou autoridade, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento.

**GABARITO C**

**Art. 7º** São direitos do advogado:

VII - permanecer sentado ou em pé e retirar-se de quaisquer locais indicados no inciso anterior, **independentemente de licença;**

VIII - dirigir-se diretamente aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho, **independentemente de horário previamente marcado ou outra condição,** observando-se a ordem de chegada;

X - usar da palavra, pela ordem, em qualquer juízo ou tribunal, mediante intervenção sumária, para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, documentos ou afirmações que influam no julgamento, bem como para replicar acusação ou censura que lhe forem feitas;

XI - reclamar, **verbalmente ou por escrito,** perante qualquer juízo, tribunal ou autoridade, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento;

**18.** É direito do advogado retirar autos de processos findos, mesmo sem procuração, pelo prazo de:

[CLIQUE AQUI E ADQUIRA O MATERIAL COMPLETO](#)

- a) 48 horas
- b) 5 dias
- c) 10 dias
- d) 15 dias

### GABARITO C

**Art. 7º** São direitos do advogado:

XVI - retirar autos de processos findos, mesmo sem procuração, pelo prazo de **dez dias**;

**19.** Com relação aos direitos dos advogados considere:

I. examinar, em qualquer instituição responsável por conduzir investigação, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de investigações de qualquer natureza, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital.

II. ser publicamente desagradado, quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela.

III. recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional.

IV. retirar-se do recinto onde se encontre aguardando pregão para ato judicial, após trinta minutos do horário designado e ao qual ainda não tenha comparecido a autoridade que deva presidir a ele, mediante comunicação protocolizada em juízo.

- a) São corretas apenas as alternativas I e IV.
- b) É incorreta apenas a alternativa II.
- c) São corretas as alternativas I, II e III
- d) São corretas as alternativas I, II, III e IV

### GABARITO D

**Art. 7º** São direitos do advogado:

XIV - examinar, em qualquer instituição responsável por conduzir investigação, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de investigações de qualquer natureza, findos ou em

[CLIQUE AQUI E ADQUIRA O MATERIAL COMPLETO](#)

andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital;

XVII - ser publicamente desagradado, quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela;

XIX - recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional;

XX - retirar-se do recinto onde se encontre aguardando pregão para ato judicial, após trinta minutos do horário designado e ao qual ainda não tenha comparecido a autoridade que deva presidir a ele, mediante comunicação protocolizada em juízo.

**20. (CERTO OU ERRADO)** O advogado tem imunidade profissional, não constituindo injúria, difamação ou desacato puníveis qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele, sem prejuízo das sanções disciplinares perante a OAB, pelos excessos que cometer.

**ERRADO**

**Art. 7º** São direitos do advogado:

§ 2º O advogado tem imunidade profissional, não constituindo **injúria, difamação** puníveis qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele, sem prejuízo das sanções disciplinares perante a OAB, pelos excessos que cometer.

**21. (CERTO OU ERRADO)** O advogado somente poderá ser preso em flagrante, por motivo de exercício da profissão, em caso de crime inafiançável.

**CERTO**

**Art. 7º** São direitos do advogado:

§ 3º O advogado somente poderá ser preso em flagrante, por motivo de exercício da profissão, em caso de crime inafiançável, observado o disposto no inciso IV deste artigo.

[CLIQUE AQUI E ADQUIRA O MATERIAL COMPLETO](#)

**22. (CERTO OU ERRADO)** O Poder Judiciário e o Poder Executivo devem instalar, em todos os juizados, fóruns, tribunais, delegacias de polícia e presídios, salas especiais permanentes para os advogados, com uso e controle assegurados à OAB.

**ERRADO**

**Art. 7º** São direitos do advogado:

§ 4º O Poder Judiciário e o Poder Executivo devem instalar, em todos os juizados, fóruns, tribunais, delegacias de polícia e presídios, salas especiais permanentes para os advogados, com **uso e controle** assegurados à OAB. (Vide ADIN 1.127-8)

**23. (CERTO OU ERRADO)** Presentes indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado, a autoridade judiciária competente poderá decretar a quebra da inviolabilidade, em decisão motivada, expedindo mandado de busca e apreensão, específico e pormenorizado, a ser cumprido na presença de representante da OAB, sendo, em determinados casos estabelecidos por lei, vedada a utilização dos documentos, das mídias e dos objetos pertencentes a clientes do advogado averiguado, bem como dos demais instrumentos de trabalho que contenham informações sobre clientes.

**ERRADO**

**Art. 7º** São direitos do advogado:

§ 6º Presentes indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado, a autoridade judiciária competente poderá decretar a quebra da inviolabilidade de que trata o inciso II do caput deste artigo, em decisão motivada, expedindo mandado de busca e apreensão, específico e pormenorizado, a ser cumprido na presença de representante da OAB, sendo, **em qualquer hipótese**, vedada a utilização dos documentos, das mídias e dos objetos pertencentes a clientes do advogado averiguado, bem como dos demais instrumentos de trabalho que contenham informações sobre clientes.

**24. (CERTO OU ERRADO)** São direitos da advogada gestante a entrada em tribunais sem ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raios X e a reserva de vaga em garagens dos fóruns dos tribunais.

**CERTO**

**Art. 7º-A.** São direitos da advogada:

I - gestante:

- a) entrada em tribunais sem ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raios X;
- b) reserva de vaga em garagens dos fóruns dos tribunais;

**25.** Acerca dos direitos da advogada, considere:

I. É direito da advogada lactante, adotante ou que der à luz, acesso a creche, onde houver, ou a local adequado ao atendimento das necessidades do bebê.

II. É direito da advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz, preferência na ordem das sustentações orais e das audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição.

III. É direito da advogada adotante ou que der à luz, interrupção de prazos processuais quando for a única patrona da causa, desde que haja notificação por escrito ao cliente.

IV. Os direitos previstos à advogada gestante ou lactante aplicam-se enquanto perdurar, respectivamente, o estado gravídico ou o período de amamentação.

- a) Estão corretos os itens I, II e III
- b) Está correto apenas o item I
- c) Estão corretos os itens I, II, III e IV
- d) Estão corretos os itens I, II e IV

**GABARITO D**

**Art. 7º-A.** São direitos da advogada:

II - lactante, adotante ou que der à luz, acesso a creche, onde houver, ou a local adequado ao atendimento das necessidades do bebê;

III - gestante, lactante, adotante ou que der à luz, preferência na ordem das sustentações orais e das audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição;

IV - adotante ou que der à luz, **suspensão** de prazos processuais quando for a única patrona da causa, desde que haja notificação por escrito ao cliente.

[CLIQUE AQUI E ADQUIRA O MATERIAL COMPLETO](#)

§ 1º Os direitos previstos à advogada gestante ou lactante aplicam-se enquanto perdurar, respectivamente, o estado gravídico ou o período de amamentação.

**26. (CERTO OU ERRADO)** Para inscrição como advogado é necessário capacidade civil; diploma ou certidão de graduação em direito, obtido em instituição de ensino oficialmente autorizada e credenciada; título de eleitor e quitação do serviço militar, se brasileiro; aprovação em Exame de Ordem; não exercer atividade incompatível com a advocacia; idoneidade moral; prestar compromisso perante o conselho.

**CERTO**

**Art. 8º** Para inscrição como advogado é necessário:

- I - capacidade civil;
- II - diploma ou certidão de graduação em direito, obtido em instituição de ensino oficialmente autorizada e credenciada;
- III - título de eleitor e quitação do serviço militar, se brasileiro;
- IV - aprovação em Exame de Ordem;
- V - não exercer atividade incompatível com a advocacia;
- VI - idoneidade moral;
- VII - prestar compromisso perante o conselho.

**27. (CERTO OU ERRADO)** O estrangeiro ou brasileiro, quando não graduado em direito no Brasil, deve fazer prova do título de graduação, obtido em instituição estrangeira, devidamente revalidado, além de atender aos demais requisitos previstos no Estatuto da OAB.

**CERTO**

**Art. 8º** Para inscrição como advogado é necessário:

§ 2º O estrangeiro ou brasileiro, quando não graduado em direito no Brasil, deve fazer prova do título de graduação, obtido em instituição estrangeira, devidamente revalidado, além de atender aos demais requisitos previstos neste artigo.

**28.** A inidoneidade moral, suscitada por qualquer pessoa, deve ser declarada mediante decisão que obtenha no mínimo \_\_\_\_\_ dos votos de todos os membros do conselho competente, em procedimento que observe os termos do processo disciplinar.

- a) 1/3
- b) 2/3
- c) maioria relativa
- d) maioria absoluta

### GABARITO B

**Art. 8º** Para inscrição como advogado é necessário:

§ 3º A inidoneidade moral, suscitada por qualquer pessoa, deve ser declarada mediante decisão que obtenha no mínimo **dois terços** dos votos de todos os membros do conselho competente, em procedimento que observe os termos do processo disciplinar.

**29. (CERTO OU ERRADO)** Não atende ao requisito de idoneidade moral aquele que tiver sido condenado por crime infamante, independentemente de reabilitação judicial.

### ERRADO

**Art. 8º** Para inscrição como advogado é necessário:

§ 4º Não atende ao requisito de idoneidade moral aquele que tiver sido condenado por crime infamante, **salvo reabilitação judicial**.

**30.** O estágio profissional de advocacia, com duração de \_\_\_\_\_ (um / dois) anos, realizado nos \_\_\_\_\_ (primeiros/últimos) anos do curso jurídico, pode ser mantido pelas respectivas instituições de ensino superior pelos Conselhos da OAB, ou por setores, órgãos jurídicos e escritórios de advocacia credenciados pela OAB, sendo obrigatório o estudo deste Estatuto e do Código de Ética e Disciplina.

### Dois / últimos

**Art. 9º** Para inscrição como estagiário é necessário:

§ 1º O estágio profissional de advocacia, com duração de **dois anos**, realizado **nos últimos anos** do curso jurídico, pode ser mantido pelas respectivas instituições de ensino superior pelos Conselhos da OAB, ou por setores, órgãos jurídicos e escritórios de advocacia credenciados pela OAB, sendo obrigatório o estudo deste Estatuto e do Código de Ética e Disciplina.

**31. (CERTO OU ERRADO)** A inscrição do estagiário é feita no Conselho Seccional em cujo território o estudante reside.

**ERRADO**

**Art. 9º** Para inscrição como estagiário é necessário:

§ 2º A inscrição do estagiário é feita no Conselho Seccional em cujo território **se localize seu curso jurídico.**

**32. (CERTO OU ERRADO)** O aluno de curso jurídico que exerça atividade incompatível com a advocacia não pode frequentar o estágio ministrado pela respectiva instituição de ensino superior, ainda que para fins de aprendizagem, vedada a inscrição na OAB.

**ERRADO**

**Art. 9º** Para inscrição como estagiário é necessário:

§ 3º O aluno de curso jurídico que exerça atividade incompatível com a advocacia **pode** frequentar o estágio ministrado pela respectiva instituição de ensino superior, para fins de aprendizagem, vedada a inscrição na OAB.

**33.** Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca da inscrição do advogado:

- a) A inscrição principal do advogado deve ser feita no Conselho Seccional em cujo território pretende estabelecer o seu domicílio profissional, na forma do regulamento geral.
- b) Considera-se domicílio profissional a sede principal da atividade de advocacia, prevalecendo, na dúvida, o domicílio da pessoa física do advogado.
- c) Além da principal, o advogado deve promover a inscrição suplementar nos Conselhos Seccionais em cujos territórios passar a exercer habitualmente a profissão considerando-se habitualidade a intervenção judicial que exceder de sete causas por ano.
- d) No caso de mudança efetiva de domicílio profissional para outra unidade federativa, deve o advogado requerer a transferência de sua inscrição para o Conselho Seccional correspondente.

### GABARITO C

**Art. 10.** A inscrição principal do advogado deve ser feita no Conselho Seccional em cujo território pretende estabelecer o seu domicílio profissional, na forma do regulamento geral.

§ 2º Além da principal, o advogado deve promover a inscrição suplementar nos Conselhos Seccionais em cujos territórios passar a exercer habitualmente a profissão considerando-se habitualidade a intervenção judicial que exceder de **cinco** causas por ano.

**34.** Cancela-se a inscrição do profissional que:

- I. passar a exercer, ainda que em caráter provisório, atividade incompatível com a advocacia
  - II. sofrer penalidade de exclusão
  - III. falecer
  - IV. perder qualquer um dos requisitos necessários para inscrição.
- a) Apenas os itens I e II são corretos
  - b) São corretos apenas os itens I, II e IV
  - c) É correto apenas o item III
  - d) Apenas o item I é incorreto.

### GABARITO D

**Art. 11.** Cancela-se a inscrição do profissional que:

- I - assim o requerer;
- II - sofrer penalidade de exclusão;
- III - falecer;
- IV - passar a exercer, **em caráter definitivo**, atividade incompatível com a advocacia;
- V - perder qualquer um dos requisitos necessários para inscrição.

**35.** São hipóteses de licenciamento do profissional, exceto:

- a) quando assim o requerer, por motivo justificado
- b) passar a exercer, em caráter temporário, atividade incompatível com o exercício da advocacia
- c) sofrer doença mental considerada curável

d) em caso de gravidez, por período assegurado por lei

#### **GABARITO D**

**Art. 12.** Licencia-se o profissional que:

I - assim o requerer, por motivo justificado;

II - passar a exercer, em caráter temporário, atividade incompatível com o exercício da advocacia;

III - sofrer doença mental considerada curável.

**36. (CERTO OU ERRADO)** As procurações devem ser outorgadas individualmente aos advogados, não sendo necessário indicar a sociedade de que façam parte.

#### **ERRADO**

**Art. 15.** Os advogados podem reunir-se em sociedade simples de prestação de serviços de advocacia ou constituir sociedade unipessoal de advocacia, na forma disciplinada nesta Lei e no regulamento geral.

§ 3º As procurações devem ser outorgadas individualmente aos advogados e **indicar a sociedade de que façam parte.**

**37.** Com relação à sociedade de advogados, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Os advogados podem reunir-se em sociedade simples de prestação de serviços de advocacia ou constituir sociedade unipessoal de advocacia, na forma disciplinada no Estatuto da OAB e no regulamento geral.

b) A sociedade de advogados e a sociedade unipessoal de advocacia adquirem personalidade jurídica com o registro aprovado dos seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede.

c) Nenhum advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, constituir mais de uma sociedade unipessoal de advocacia, ou integrar, simultaneamente, uma sociedade de advogados e uma sociedade unipessoal de advocacia, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.

[CLIQUE AQUI E ADQUIRA O MATERIAL COMPLETO](#)

d) O ato de constituição de filial deve ser averbado no registro da sociedade e arquivado no Conselho Seccional onde se instalar, ficando os sócios, inclusive o titular da sociedade unipessoal de advocacia, dispensados da inscrição suplementar.

**GABARITO D**

**Art. 15.** Os advogados podem reunir-se em sociedade simples de prestação de serviços de advocacia ou constituir sociedade unipessoal de advocacia, na forma disciplinada nesta Lei e no regulamento geral.

§ 5º O ato de constituição de filial deve ser averbado no registro da sociedade e arquivado no Conselho Seccional onde se instalar, ficando os sócios, inclusive o titular da sociedade unipessoal de advocacia, **obrigados** à inscrição suplementar.

**38. (CERTO OU ERRADO)** Não são admitidas a registro nem podem funcionar todas as espécies de sociedades de advogados que apresentem forma ou características de sociedade empresária, que adotem denominação de fantasia, que realizem atividades estranhas à advocacia, que incluam como sócio ou titular de sociedade unipessoal de advocacia pessoa não inscrita como advogado ou totalmente proibida de advogar.

**CERTO**

**Art. 16.** Não são admitidas a registro nem podem funcionar todas as espécies de sociedades de advogados que apresentem forma ou características de sociedade empresária, que adotem denominação de fantasia, que realizem atividades estranhas à advocacia, que incluam como sócio ou titular de sociedade unipessoal de advocacia pessoa não inscrita como advogado ou totalmente proibida de advogar.

**39. (CERTO OU ERRADO)** A razão social deve ter, obrigatoriamente, o nome de, pelo menos, um advogado responsável pela sociedade, não podendo permanecer o de sócio falecido, ainda que prevista tal possibilidade no ato constitutivo.

**ERRADO**

**Art. 16.** Não são admitidas a registro nem podem funcionar todas as espécies de sociedades de advogados que apresentem forma ou características de sociedade empresária, que adotem denominação de fantasia, que realizem atividades estranhas à advocacia, que incluam como sócio ou titular de sociedade unipessoal de advocacia pessoa não inscrita como advogado ou totalmente proibida de advogar.

[CLIQUE AQUI E ADQUIRA O MATERIAL COMPLETO](#)

§ 1º A razão social deve ter, obrigatoriamente, o nome de, pelo menos, um advogado responsável pela sociedade, **podendo permanecer** o de sócio falecido, desde que prevista tal possibilidade no ato constitutivo.

**40. (CERTO OU ERRADO)** O licenciamento do sócio para exercer atividade incompatível com a advocacia em caráter temporário deve ser averbado no registro da sociedade, não alterando sua constituição.

**CERTO**

**Art. 16.** Não são admitidas a registro nem podem funcionar todas as espécies de sociedades de advogados que apresentem forma ou características de sociedade empresária, que adotem denominação de fantasia, que realizem atividades estranhas à advocacia, que incluam como sócio ou titular de sociedade unipessoal de advocacia pessoa não inscrita como advogado ou totalmente proibida de advogar.

§ 2º O licenciamento do sócio para exercer atividade incompatível com a advocacia em caráter temporário deve ser averbado no registro da sociedade, não alterando sua constituição.

**41. (CERTO OU ERRADO)** Além da sociedade, o sócio e o titular da sociedade individual de advocacia respondem subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possam incorrer.

**CERTO**

**Art. 17.** Além da sociedade, o sócio e o titular da sociedade individual de advocacia respondem subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possam incorrer.

**42.** A jornada de trabalho do advogado empregado, no exercício da profissão, não poderá exceder a duração diária de \_\_\_\_\_ horas contínuas e a \_\_\_\_\_ horas semanais, salvo acordo ou convenção coletiva ou em caso de dedicação exclusiva.

- a) 8 / 44
- b) 8 / 40
- c) 6 / 36
- d) 4 / 20

**GABARITO D**

**Art. 20.** A jornada de trabalho do advogado empregado, no exercício da profissão, não poderá exceder a duração diária de **quatro horas** contínuas e a de **vinte horas semanais**, salvo acordo ou convenção coletiva ou em caso de dedicação exclusiva.

**43.** As horas trabalhadas que excederem a jornada normal são remuneradas por um adicional não inferior a \_\_\_\_\_ por cento sobre o valor da hora normal, mesmo havendo contrato escrito.

- a) 25%
- b) 50%
- c) 60%
- d) 100%

**GABARITO D**

**Art. 20.** A jornada de trabalho do advogado empregado, no exercício da profissão, não poderá exceder a duração diária de quatro horas contínuas e a de vinte horas semanais, salvo acordo ou convenção coletiva ou em caso de dedicação exclusiva.

§ 2º As horas trabalhadas que excederem a jornada normal são remuneradas por um adicional não inferior a **cem por cento** sobre o valor da hora normal, mesmo havendo contrato escrito.

**44.** As horas trabalhadas no período das \_\_\_\_\_ (vinte / vinte e uma) de um dia até as (quatro / cinco) \_\_\_\_\_ horas do dia seguinte são remuneradas como noturnas, acrescidas do adicional de \_\_\_\_\_ (vinte / vinte e cinco) por cento.

**20 / 5 / 25**

**Art. 20.** A jornada de trabalho do advogado empregado, no exercício da profissão, não poderá exceder a duração diária de quatro horas contínuas e a de vinte horas semanais, salvo acordo ou convenção coletiva ou em caso de dedicação exclusiva.

§ 3º As horas trabalhadas no período das **vinte horas** de um dia até as **cinco horas** do dia seguinte são remuneradas como noturnas, acrescidas do adicional de **vinte e cinco** por cento.

[CLIQUE AQUI E ADQUIRA O MATERIAL COMPLETO](#)

**45. (CERTO OU ERRADO)** Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor.

**CERTO**

**Art. 23.** Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor.

**46.** Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca dos honorários advocatícios.

a) A decisão judicial que fixar ou arbitrar honorários e o contrato escrito que os estipular são títulos executivos e constituem crédito privilegiado na falência, concordata, concurso de credores, insolvência civil e liquidação extrajudicial.

b) A execução dos honorários deve ser promovida em autos apartados.

c) Na hipótese de falecimento ou incapacidade civil do advogado, os honorários de sucumbência, proporcionais ao trabalho realizado, são recebidos por seus sucessores ou representantes legais.

d) O acordo feito pelo cliente do advogado e a parte contrária, salvo aquiescência do profissional, não lhe prejudica os honorários, quer os convenionados, quer os concedidos por sentença.

**GABARITO B**

**Art. 24.** A decisão judicial que fixar ou arbitrar honorários e o contrato escrito que os estipular são títulos executivos e constituem crédito privilegiado na falência, concordata, concurso de credores, insolvência civil e liquidação extrajudicial.

§ 1º A execução dos honorários pode ser **promovida nos mesmos autos** da ação em que tenha atuado o advogado, se assim lhe convier.

**47.** Prescreve em \_\_\_\_\_ a ação de cobrança de honorários de advogado, contado o prazo do vencimento do contrato, se houver; do trânsito em julgado da decisão que os fixar; da últimação do serviço extrajudicial; da desistência ou transação; da renúncia ou revogação do mandato.

a) 2 anos

b) 3 anos

[CLIQUE AQUI E ADQUIRA O MATERIAL COMPLETO](#)

- c) 4 anos
- d) 5 anos

#### GABARITO D

**Art. 25.** Prescreve em **cinco anos** a ação de cobrança de honorários de advogado, contado o prazo:

- I - do vencimento do contrato, se houver;
- II - do trânsito em julgado da decisão que os fixar;
- III - da ulatimação do serviço extrajudicial;
- IV - da desistência ou transação;
- V - da renúncia ou revogação do mandato.

**48.** Prescreve em \_\_\_\_\_ a ação de prestação de contas pelas quantias recebidas pelo advogado de seu cliente, ou de terceiros por conta dele.

- a) 2 anos
- b) 3 anos
- c) 4 anos
- d) 5 anos

#### GABARITO D

**Art. 25-A.** Prescreve em **cinco anos** a ação de prestação de contas pelas quantias recebidas pelo advogado de seu cliente, ou de terceiros por conta dele (art. 34, XXI).

**49. (CERTO OU ERRADO)** O advogado substabelecido, com reserva de poderes, não pode cobrar honorários sem a intervenção daquele que lhe conferiu o substabelecimento.

#### CERTO

**Art. 26.** O advogado substabelecido, com reserva de poderes, não pode cobrar honorários sem a intervenção daquele que lhe conferiu o substabelecimento.

**50.** A incompatibilidade determina a proibição \_\_\_\_\_ (total/parcial), e o impedimento, a proibição \_\_\_\_\_ (total/parcial) do exercício da advocacia.



[CLIQUE AQUI E ADQUIRA O MATERIAL COMPLETO](#)

**Total / parcial**

**Art. 27.** A incompatibilidade determina a proibição **total**, e o impedimento, a proibição **parcial** do exercício da advocacia.